

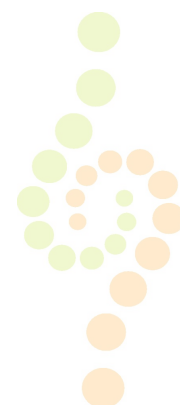
Florestan Fernandes e a América Latina

Por Diogo Valença de Azevedo Costa *

É uma tarefa das mais difíceis abordar as relações intelectuais e políticas entre Florestan Fernandes e a América Latina. Não apenas a perspectiva histórica se depara com transformações significativas, teóricas, metodológicas e políticas, na obra desse pensador, ao mesmo tempo sociólogo e socialista, mas seu próprio vínculo com a América Latina possui tal riqueza e complexidade que não pode ser reduzida apenas à dimensão sociológica. Esse vínculo se estende para a militância socialista e para as múltiplas esferas da cultura. Ele possui, inclusive, uma faceta antropológica, de conhecimento do outro, da *alteridade*, para que o autor pudesse se conhecer a si mesmo como brasileiro se debruçando sobre a América Latina. É o olhar do colonizado que se revolta e busca se solidarizar com seus irmãos também colonizados e que se entusiasma com o movimento histórico real de superação do colonialismo, do capitalismo dependente e da construção do socialismo, fortemente simbolizado, a seu ver, pela *Revolução Cubana*. Pelo seu caráter complexo, de mudanças de enfoque ao longo das transformações políticas e diversidade de aspectos a serem tratados, é um tema impossível de esgotar nestas poucas páginas. Mas pode-se avançar um esforço de caracterização geral da visão de Florestan Fernandes sobre a América Latina. Este será o objetivo do presente artigo.

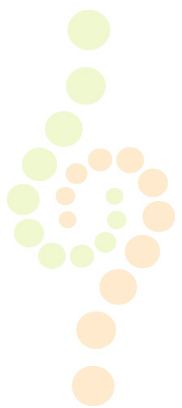
Haverá, nesse sentido, duas ressalvas de grande importância que devem ser inicialmente reforçadas. Primeira: Florestan Fernandes é um sociólogo brasileiro nascido em 1920, tendo vivido importantes mudanças no cenário político de seu país, na América Latina e no mundo. Crítico e atuante no embate de idéias, ele faleceu no ano de 1995. Toda sua obra foi produzida no calor das batalhas históricas do século XX entre capitalismo e socialismo. Isso marca profundamente o pensamento de Florestan Fernandes. Tomando como referência os anos 50, tem-se a produção da CEPAL, a ideologia do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, as ditaduras militares na América Latina, os movimentos de libertação nacional nos países do Terceiro Mundo, as revoluções socialistas (Rússia, China e Cuba), os processos guerrilheiros (Colômbia, Nicarágua, El Salvador etc.), as contradições do socialismo no Leste Europeu e a queda dessas primeiras tentativas de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, não mais baseada na exploração do homem pelo homem. Tudo isso situa historicamente a produção política e sociológica de Florestan Fernandes, porém não faz dele um pensador do passado, porque seu olhar sempre se voltou para o que está atrás das aparências, dos fenômenos e acontecimentos de superfície, revolvendo o solo histórico para captar em profundidade as raízes, o próprio *vir a ser* das estruturas sociais nas suas tendências dinâmicas de transformação futura e as alternativas que se colocam para as classes trabalhadoras e as massas de despossuídos, explorados econômica e racialmente no Brasil, na América Latina e nos países de capitalismo dependente. Ele não diria é o “fim das ideologias”, o “fim da história”, a “vitória do mercado”, ou asneiras semelhantes. Sua *inteligência militante* apontaria uma universalização e exacerbação

* Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Professor de Sociologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e autor da tese de doutorado “As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileiras”, defendida em fevereiro de 2009 na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail de contacto: valencadiogo@hotmail.com



cada vez mais intensas das contradições do capitalismo nos centros e nas periferias, com o reforço simultâneo dos nexos coloniais de dependência, tendo como conseqüência a reprodução da pobreza em escala mundial para acumular mais capital. É preciso seguir, portanto, a advertência de se transportar ao cenário histórico de Fernandes a fim de compreender o modo como suas convicções políticas socialistas influenciavam fortemente sua visão sociológica da realidade brasileira e latino-americana diante do panorama internacional e, ao mesmo tempo, eram reforçadas pelo olhar do cientista social. Segunda: os vínculos de Florestan Fernandes com a América Latina são multifacetados, ricos, complexos e não se reduzem às análises frias e objetivas do sociólogo que se lança meramente ao exame dos fatores históricos, econômicos e sociais. Daí seu interesse apaixonado pela poesia de José Martí, pela importância do mito heróico na base dos caminhos espinhosos e das conquistas mais impressionantes da *Revolução Cubana*, pelo pensamento anticolonial (Frantz Fanon, Ho Chi Minh, Amílcar Cabral, etc.) e seu potencial de ultrapassar as fronteiras latino-americanas e união dos povos oprimidos, pela leitura da obra de Mariátegui como o precursor de interpretação marxista original da América Latina e, enfim, pelos movimentos históricos e culturais radicalmente contrários às estruturas conservadoras de poder, como o da *reforma universitária* iniciado em Córdoba em 1918. Tudo isso faz com que as análises macrosociológicas de Florestan Fernandes sobre o Brasil e a América Latina apanhem sempre diversos aspectos em conjunto, da estrutura ao histórico, do individual ao coletivo, da economia à cultura, da educação à política, tomando sempre os processos de mudança e a *revolução*, muitas vezes entendida como um fenômeno de longa duração, como verdadeiros *factos sociais totais* que transformam simultaneamente os homens e a sociedade. Trata-se, portanto, de uma perspectiva sociológica que enxerga a totalidade social dinâmica como uma síntese de múltiplas determinações e, por essa razão, estranha a explicações reducionistas quanto ao papel da economia, das classes sociais, dos hiatos existentes entre as diversas esferas da sociedade, das categorias raciais e das diversas forças políticas. Insistir sobre esse ponto se faz relevante porque algumas interpretações da obra sociológica de Fernandes costumam atribuir-lhe explicações pautadas pela hipótese simplista da *demora cultural* ou com ênfase na determinação econômica das classes sociais. Ao contrário, sua visão de América Latina não se reduz a nenhum desses aspectos, mas irá combiná-los num esforço de compreensão das interações dialéticas entre estrutura, história e a dinâmica de transformação da ordem social.

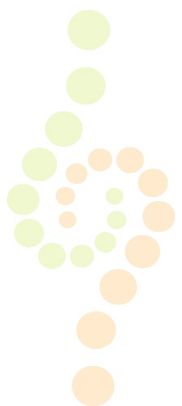
As observações anteriores permitem supor que a interpretação de Florestan Fernandes sobre o Brasil e a América Latina pode ser abordada seguindo caminhos diversos. A orientação aqui adotada será a de estabelecer o significado teórico do labor sociológico do autor em face das condições dos países subdesenvolvidos, de origem colonial e capitalismo dependente. Será enfatizada sua crítica ao colonialismo mental nas ciências sociais brasileiras e latino-americanas. Ao mesmo tempo, seu esforço de elucidação do caráter específico do capitalismo dependente será apresentado em termos das aproximações gerais entre Brasil e América Latina. Por fim, serão tecidas algumas observações sobre os escritos políticos de Florestan Fernandes da década de 1970, nos quais se revelam afinidades entre suas posições marxistas e temas de investigação sociológica sobre a América Latina.



Crítica da dependência cultural e o trabalho teórico em Florestan Fernandes

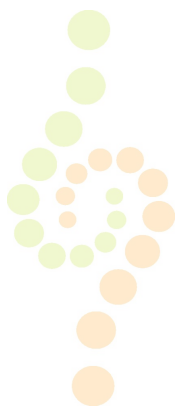
As principais investigações sociológicas de Florestan Fernandes se voltam para a compreensão da moderna sociedade de classes no Brasil. Tais estudos podem ser localizados historicamente entre as décadas de 1950 e 70. O foco empírico de suas pesquisas acompanha a transição do trabalho escravo, em fins do século XIX, para a consolidação da categoria social do trabalho livre ao longo do século XX, período em que se consolidam no Brasil a ordem social competitiva e o capitalismo. Trata-se de um processo histórico de larga duração, que afeta de maneira dramática a vida da população pobre e marginalizada, em sua grande maioria composta de negros ou de descendentes dos ex-agentes do trabalho escravo. No entanto, para Fernandes, a marginalização do negro reproduzia em condições sociais, as mais duras e precárias possíveis, o que acontecia com outros estratos do Povo em termos de subalternização e espoliação do homem pobre numa sociedade de classes subdesenvolvida, periférica, de capitalismo dependente e com forte ranços coloniais, como é o caso do Brasil. Essa visão sociológica de Florestan Fernandes está contida em diversas de suas obras, dentre as quais podem ser destacadas: *Branco e negro em São Paulo* (2008[1955]), escrita em colaboração com Roger Bastide; *Mudanças sociais no Brasil* (2008b[1960]); *A integração do negro na sociedade de classes* (2008a[1964]); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento* (2008c[1968]); *O negro no mundo dos brancos* (2007[1972]); *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* (2009[1973]); *A revolução burguesa no Brasil* (2006[1975]); *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”*¹ (2010[1976]). No entanto, o autor também detinha uma preocupação fundamental com a construção teórica e metodológica da sociologia e do conjunto das ciências sociais, como bem o demonstram alguns de seus livros: *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978[1959]); *Ensaio de sociologia geral e aplicada* (1976[1960]); *Elementos de sociologia teórica* (1974[1970]); *A natureza sociológica da sociologia* (1980a). O esforço de investigação da sociedade brasileira e, extensivamente, da América Latina dava a base ao trabalho de reflexão teórica e de síntese das perspectivas clássicas e modernas das ciências sociais. Florestan Fernandes não acreditava que a sociologia deveria optar entre ser brasileira ou universal. Isso se configuraria como um falso problema. A questão, para ele, era de como o sociólogo da periferia poderia trazer contribuições valiosas para a teoria geral. Ele se empenhou nesse trabalho lançando-se ao estudo do caráter específico do capitalismo dependente, periférico e subdesenvolvido. Ao mesmo tempo, criticava a produção sociológica que se limitava a repetir os modelos e objetivos de conhecimento traçados pelas necessidades intelectuais e políticas das nações centrais. Era o que ele costumava chamar de dependência cultural e um autor como Celso Furtado (1974), também pensador radical e de esquerda, de colonialismo mental. Para entender a construção teórica de Florestan Fernandes e suas contribuições ao conhecimento sociológico da realidade brasileira e latino-americana, será necessário reconstruir em linhas gerais sua crítica à dependência cultural e a conseqüente posição de autonomia nas ciências sociais.

¹ As obras mencionadas dizem respeito às principais pesquisas sociológicas de Florestan Fernandes em que o autor se preocupou de modo mais sistemático com a fundamentação empírica. Em textos posteriores, das décadas de 1980 e 90, dado o objetivo político de seus trabalhos, essa preocupação com a fundamentação empírica sistemática é colocada em segundo plano, porém não desaparece o esforço sociológico de interpretação da sociedade brasileira. A crítica conservadora procura desqualificar os textos políticos socialistas de Florestan Fernandes como sendo de caráter militante e panfletário, porém a base de seu pensamento continua sendo sociológica e traz contribuições inestimáveis para o conhecimento da realidade brasileira.



O caráter universal da ciência – quando confrontado com as relações de dominação entre povos, nações e classes sociais – se torna necessariamente justificativa ideológica para as relações de exploração que provocam o desenvolvimento desigual e combinado entre países ou entre os múltiplos pólos centrais e periféricos do capitalismo contemporâneo. A história das ciências sociais no Brasil do século XX está permeada por um processo inicial de transplantação cultural maciça de idéias, teorias, métodos, técnicas de pesquisa e modelos institucionais. Pode-se dizer que o mesmo ocorre em outros países latino-americanos. As categorias de análise, forjadas em outros contextos sociais, serviram como ponto de partida de nossas primeiras investigações sociológicas, antropológicas e políticas. Como primeira aproximação à realidade dos países da América Latina, os quais participam da civilização capitalista, os conceitos e modelos teóricos transplantados foram de fundamental importância. No entanto, as condições concretas das formações sociais latino-americanas apresentavam especificidades e particularidades que exigiam reelaborações conceituais de modo a enriquecer e refinar a teoria geral sobre o capitalismo. Esse foi o papel de Florestan Fernandes e outros cientistas sociais latino-americanos que, nas décadas de 1960 e 70, construíram um pensamento crítico sobre o subdesenvolvimento, o colonialismo e o capitalismo dependente, dentre os quais se destacam Orlando Fals Borda (Colômbia), Pablo González Casanova (México) e Aníbal Quijano (Peru). O mais relevante a ser enfatizado é que a investigação dos casos específicos deve estar vinculada a objetivos teóricos mais abrangentes. Esse era o intuito de Florestan Fernandes ao investigar o caso brasileiro a partir da noção de estrutura social reconstruída, seguindo as sugestões metodológicas de Marx, como um *tipo extremo*, isto é, aquele que apresenta, “em maior grau, todos os traços essenciais e característicos de certa modalidade de organização social” (Fernandes, 1978: 134). É o que Marx faz em *O Capital* com a Inglaterra em face das demais economias capitalistas. A preocupação de Fernandes era, em outros termos, com a estrutura social e as mudanças históricas do capitalismo dependente, um modelo que se reproduzia de modo mais ou menos semelhante em todos os países da América Latina, respeitadas as fases específicas de seu desenvolvimento, bem como suas diferenças e particularidades. Esse aspecto mais amplo, para além das fronteiras brasileiras, do pensamento de Fernandes foi assim captado pelo historiador cubano Julio Le Riverend, num pequeno artigo datilografado, de três páginas, sem indicação de data ou local de publicação, encontrado no acervo do sociólogo paulistano. Dado o teor elucidativo da citação, ela será reproduzida integralmente:

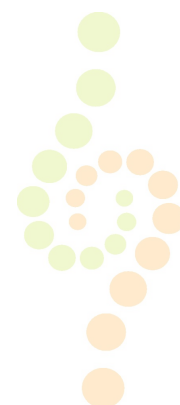
En los límites de su patria, sus indagaciones y sus cursos han repercutido de modo perdurable: díganlo sus alumnos y discípulos inmediatamente anteriores a 1969. Fuera de esas fronteras, sus labores, expresadas en unos diez volúmenes, constituyen un conjunto que se destaca, paso a paso, como vocación y dedicación frutíferas desde la década de los 50, a modo de fuente incitadora de reflexión, y esto no solamente en los temas siempre apasionantes del proceso histórico-social brasileño, sino también para un esfuerzo de comprensión global o, cuando menos, más abarcador, que las sociologías ‘provinciales’ precedentes, de la totalidad del continente, de ‘Nuestra América’ que dijo Martí en 1891. Ello no se deriva unívocamente de la coherencia creciente-esencial, decisiva – entre los procesos internos y externos. A mi entender, su análisis y su escritura, desbordan las fronteras de propio, porque, él asume un método y una teoría críticas adecuadas al tratamiento de las complejidades del crecimiento social de



nuestros países, claro está que con sus diferenciaciones, sus matices y sus indudables aproximaciones.

Hay por decirlo de una vez, en las obras de Florestan Fernandes un discurso inteligible, de una historicidad plástica que, partiendo de lo específico de su tierra, lo acerca a todos nosotros. Que ello le venga de su inserción marxista es un hecho innegable y que, además, sea el corolario de un consecuente emprendimiento de búsqueda y de formulación ceñidas, del objeto de sus investigaciones no parece ciertamente requerir especial aclaración (Le Riverend, s/d: 1).

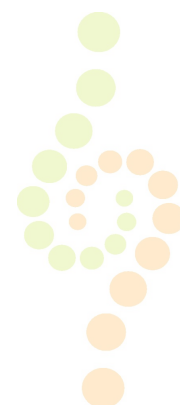
A atividade científica de Florestan Fernandes não se desenvolve como um universalismo abstrato ou nos horizontes de uma suposta concepção de autonomia intelectual, em que saber seria fruto exclusivo do labor teórico, conceitual e metodológico na sociologia. A própria sociologia se desenvolve como parte integrante dos processos sociais e a possibilidade da intervenção prática na sociedade dependeria de condições outras, situadas mais além do campo institucional da ciência. Esse é o significado mais preciso da crítica de Fernandes ao uso indiscriminado de modelos teóricos e conceitos transplantados das nações capitalistas centrais, sem as devidas reelaborações necessárias para o contexto específico do capitalismo dependente. Há uma interação rica e frutífera entre o geral e o particular nas investigações sociológicas de Florestan Fernandes que não se reduziriam à mera implantação de teorias, métodos e técnicas de investigação científica, de suposta validade universal. A sua meta era mais ambiciosa, a de contribuir para a construção da teoria sociológica geral ao se concentrar na investigação dos problemas do subdesenvolvimento, das nações periféricas e do capitalismo dependente. É, portanto, bastante curioso que até agora não se tenha examinado detalhadamente o seu esforço de síntese metodológica e teórico-conceitual dos clássicos e modernos da Sociologia, tal como contido em sua principal obra a esse respeito, *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (1978). Os interesses dos cientistas sociais brasileiros têm se dirigido, ao contrário, para os grandes teóricos da atualidade mais valorizados e reconhecidos nos contextos intelectuais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos. Esse interesse não representaria um mal em si mesmo, mas, se erigido acriticamente no alfa e no ômega das reflexões teóricas das ciências sociais no Brasil, ele se transformará numa fonte de alienação perene dos investigadores em relação a suas próprias realidades políticas ou de dominação política indireta por intermédio dos nexos culturais entre os países centrais e as nações periféricas. Embora a síntese teórica oferecida por Florestan Fernandes esteja situada num dado momento do desenvolvimento da sociologia, em meados da década de 1950, seu estudo crítico se faz necessário e premente para que os cientistas sociais brasileiros e latino-americanos da atualidade possam superar determinadas limitações impostas pelo colonialismo mental ou pela dependência cultural. Esse seria, enfim, uma das condições *sine qua non* para enraizar as reflexões teóricas atuais dos sociólogos brasileiros na investigação dos dilemas sociais do subdesenvolvimento e do capitalismo dependente, os quais se renovam sob bases ampliadas, bem como de conquistar maior autonomia em face dos centros internacionais hegemônicos.



A categoria de capitalismo dependente

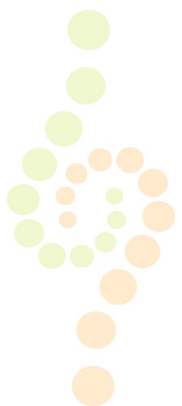
O conceito de capitalismo dependente, em Florestan Fernandes, se torna ainda mais compreensível quando o confrontamos com sua perspectiva revolucionária de transformação do Brasil e América Latina. Essa concepção de revolução se desenvolve com bastante força nos anos de 1970, período em que o nosso autor está fora dos muros da universidade brasileira por ter sido aposentado compulsoriamente de seu posto de professor da Universidade de São Paulo (USP) pela ditadura *civil*-militar. A perspectiva da revolução, para Fernandes, assume uma dimensão mundializada. Ele não se distancia da tradição clássica do que se costuma chamar de “internacionalismo proletário”. Não há dúvidas de que essa foi a sua posição ao longo dos anos em que ele falava de um conflito de vida ou morte entre capitalismo e socialismo, escrevendo na época da Guerra Fria. Como responsável pela Coleção Pensamento Socialista, da Editora HUCITEC, ele publicou na série “debates contemporâneos” um livro de sua autoria intitulado *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”* (1979a), em que irá analisar o cerco capitalista que procurou confinar o *socialismo em um só país*, a Rússia, e impedir a irradiação mundial do socialismo revolucionário (Fernandes, 1979a: 82-90). O cerco capitalista nos países do centro e da periferia, o imperialismo e a contra-revolução em escala mundial conduzem ao delineamento de uma estratégia revolucionária ampla, flexível e pluralista, na qual estejam inscritos “o combate ao imperialismo *dentro* dos países imperialistas, o internacionalismo e a revolução na periferia, o combate à pobreza no centro e na periferia, os problemas do subdesenvolvimento e da contra-revolução capitalista em escala mundial etc.” (Fernandes, 1979a: 85-6). Escrevendo em 1991, já sob o impacto da queda do Leste europeu, sobre o que seria os “fundamentos de um programa para o PT” e quais seriam os dilemas a serem superados na organização do Partido dos Trabalhadores, para que ele pudesse se efetivar como um autêntico partido socialista e revolucionário, Fernandes iria continuar mantendo a sua visão internacionalista, pois, para ele, “omitido o socialismo, a civilização não contará com alternativa” (Fernandes, 1991: 28). No entanto, o processo revolucionário deve ser entendido em termos concretos, adaptando-se às especificidades das diferentes formações sociais. As estratégias e os conceitos gerais de revolução, revolução nacional, revolução democrático-burguesa, revolução permanente, revolução socialista, “revolução dentro da ordem”, “revolução contra a ordem” e contra-revolução, devem ser saturados historicamente para que possam representar a totalidade das múltiplas determinações políticas, econômicas e culturais de uma dada formação social. Desse modo é que se poderá dizer se os caminhos de construção da revolução refletem as reais potencialidades de transformação radical da sociedade ou se, ao contrário, as palavras de ordem e mobilização não passam de uma mera “fraseologia revolucionária”, vazia de conteúdo concreto. Por isso Florestan Fernandes não tratou do conceito de revolução em termos abstratos e gerais, mas toda sua discussão tomou como referência o Brasil, os países da América Latina e o capitalismo dependente.

A análise de Florestan Fernandes sobre a emergência e o desenvolvimento da sociedade de classes ou capitalista no Brasil conduz diretamente à noção de *capitalismo dependente*. O que ele chama de “revolução burguesa no Brasil” se caracteriza, em oposição ao modelo de revolução democrático-burguês, como um processo essencialmente autocrático, antidemocrático, anti-social e antinacional, desembocando na demagogia populista, na ditadura militar a céu aberto e na versão periférica da “democracia forte”, baseada na combinação de mecanismos institucionais modernos, na cooptação e práticas políticas arcaicas, do mandonismo tradicional, do clientelismo e

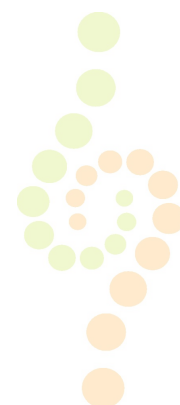


fisiologismo partidários. É fundamental em Florestan Fernandes, na construção da sua noção de capitalismo dependente, a focalização das diferenças existentes entre os modelos clássicos de revolução burguesa, representados pela Inglaterra, França e Estados Unidos, os casos atípicos (Alemanha e Japão) e os dos países de origem colonial. O Brasil estaria situado neste último caso. Nas fases de emergência da “ordem social competitiva” e da sociedade de classes no Brasil, os nexos coloniais foram sendo remodelados e redefinidos em conformidade com as novas situações históricas, prolongando-se pelas etapas do neocolonialismo, do capitalismo monopolista e oligopolista da era atual. A reprodução em escala ampliada de tal realidade se baseava na apropriação dual do excedente econômico, uma parte sendo retida pelas classes burguesas ditas nacionais e outra parte drenada para o exterior. Esse padrão de exploração, típico daquilo que Florestan Fernandes caracterizou como capitalismo dependente, exigia a exacerbação da dominação política e uma correlata ultraconcentração do poder na esfera do Estado. Não se trata de uma visão economicista, mas de uma tentativa de apanhar a totalidade do processo e as relações recíprocas entre o econômico, a estrutura social, o histórico e o político. Em comparação com o modelo democrático-burguês de transformação capitalista (Inglaterra e França), o qual não exclui a dominação de classe, as sociedades de classes sob a periferia do capitalismo gestaram um modelo autocrático-burguês de transformação capitalista, indispensável para que fossem preservadas as posições heteronômicas, no mercado internacional, das nações subdesenvolvidas e dependentes. As classes trabalhadoras e as demais camadas subalternas pagavam o preço desse mecanismo de superexploração e, para tanto, elas precisavam ser mantidas sob controle por meio da demagogia populista ou da ditadura militar a céu aberto e pelo recurso aos meios de comunicação de massa e ao consumismo alienante. A caracterização que faz Fernandes da estrutura do poder burguês no Brasil (de um modo geral, válida para o conjunto dos países dependentes da América Latina) se pauta justamente pela articulação de interesses entre as burguesias nacionais, na verdade pró-imperialistas, e as burguesias externas. Esse resumo apertado das idéias contidas na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil* (2006[1975]) visou apenas a sinalizar os pontos marcantes, delineados por Fernandes, do capitalismo dependente, que ele muitas vezes chamava de “capitalismo difícil e selvagem” da periferia, em especial a associação entre aceleração do crescimento econômico e elevada concentração de riqueza, aumento da miséria e expropriação das camadas populares na incorporação do País aos dinamismos do capital monopolista. A revolução burguesa, aqui e, de um modo geral, na América Latina, se fez contra os trabalhadores e a maioria da nação, assumindo, por isso, um caráter acentuadamente, correndo-se o risco de ser repetitivo, autocrático, antidemocrático, anti-social e antinacional. A conseqüência desse quadro histórico geral foi a de que, no Brasil e também em outros países de capitalismo dependente, não se aprofundou a “revolução dentro da ordem” e as reformas que, em tempos passados, teriam sido progressistas nos marcos restritos da órbita capitalista.

O corolário político de tal raciocínio é que o processo atual da *revolução brasileira* não seria tão-somente o da realização de uma “revolução dentro da ordem” ou de civilização da sociedade civil. O acúmulo de tensões, e de dívidas históricas não pagas pelas elites das classes dominantes aos trabalhadores e às massas espoliadas, traz a possibilidade de que o desencadeamento de reformas radicais dentro do capitalismo possa deter um nítido caráter anticapitalista. Uma autêntica “revolução dentro da ordem” serviria como um momento de desenvolvimento da consciência de classe dos trabalhadores e das demais camadas populares, podendo tornar-se, no curto prazo, uma verdadeira “revolução contra a ordem”. Escrevendo no contexto da chamada “Nova



República”² e tomando, portanto, o Brasil como referência, ele diria que deixar a *revolução dentro da ordem* “sem respostas” – “a revolução que a burguesia não precisou fazer e dirigir; e contra a qual ela se colocou com toda a tenacidade” – não implicaria “a aniquilação do anseio revolucionário que a gravitação da classe operária disseminou na sociedade civil e fora dela (especialmente na massa dos oprimidos e espoliados)” e, sim, a mudança de qualidade dessa revolução, de modo a “convertê-la, com o andar do tempo, em revolução contra a ordem” (Fernandes, 1986: 84). A idéia de tornar a revolução permanente não era, para Fernandes, uma mera fórmula abstrata ou adaptação de uma categoria que veio de Marx e depois desenvolvida por Trotsky no contexto da revolução russa de 1905. Na verdade, a contra-revolução preventiva e permanente em escala mundial, e nos países da periferia, a qual tenta impedir as reformas progressistas da sociedade a todo custo, mesmo que elas fiquem limitadas a uma órbita burguesa, aguça as contradições e transformam reivindicações, no início de cunho estritamente capitalista, em bandeiras de luta potencialmente destrutivas da ordem da dominação inerente ao capitalismo dependente. Levando até as últimas conseqüências esse raciocínio de Florestan Fernandes e se pegarmos o exemplo da reforma agrária, esta não teria mais um conteúdo capitalista, mas, dados os vínculos da propriedade fundiária com os dinamismos do mercado mundial, o agronegócio e os conglomerados internacionais, ela já teria um caráter anticapitalista e socialista de repúdio à propriedade privada e aos mecanismos complexos de submissão nacional à dominação externa (das classes burguesas nacionais e estrangeiras) sob o capitalismo dependente. Há, portanto, um conteúdo proletário nítido na revolução democrática dentro do capitalismo, desde que os trabalhadores conquistem espaço para avançar e aprofundar a revolução e evitar que ela se transforme numa “reforma capitalista do capitalismo”. Talvez seja esse o sentido da fórmula aparentemente ambígua de Florestan Fernandes (1986: 59), quando ele arrisca em dizer que a revolução democrática não será burguesa, mas “uma revolução burguesa e democrática”. A categoria de capitalismo dependente, em Fernandes, não pode ser exatamente compreendida sem levar em conta seu esforço de produção original de um marxismo latino-americano. O último tópico do presente artigo será dedicado a destacar alguns aspectos dessa tarefa intelectual e militante, socialista, do sociólogo brasileiro.



Florestan Fernandes e o marxismo latino-americano

O vínculo de Florestan Fernandes com o pensamento de Marx se aprofunda após sua aposentadoria compulsória, em 1969, da Universidade de São Paulo. Embora na década de 50 já houvesse incorporado o método dialético como um dos modelos fundamentais da explicação sociológica, o empenho de construção original e autônoma do marxismo em solo histórico brasileiro e latino-americano se intensifica quando de sua estadia como professor na Universidade de Toronto, no Canadá, de 1969 a 72. Os ensaios produzidos nessa época apresentavam como temáticas principais as características do tipo de fascismo estabelecido na América Latina e os processos guerrilheiros. A esse respeito, os dois ensaios iniciais de *Poder e contrapoder na América Latina* (1981), intitulados respectivamente “Notas sobre o fascismo na América Latina” (escrito em 1971) e “Os movimentos de guerrilha contemporâneos e a

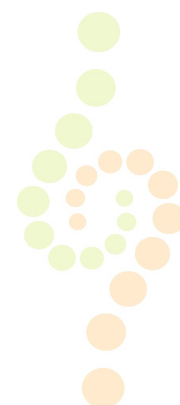
² A chamada Nova República foi o período histórico de transição democrática no Brasil, após o término da ditadura civil-militar (1964-1985). Florestan Fernandes possuía uma visão bastante crítica da assim dita transição democrática, argumentando que a ditadura havia criado as condições para se prolongar e sobreviver nas instituições públicas. Por isso ele sempre falava de *Nova República* entre aspas.

ordem política na América Latina”, composto de notas redigidas entre 1970 e 71, podem ser lidos como exemplos de tentativas avançadas por Fernandes na concretização de categorias políticas e sociológicas para a interpretação de uma formação social específica. O marxismo, para ele, não se configurava como a aplicação de um modelo geral sobre uma realidade específica. Tratava-se da produção de uma teoria revolucionária a partir de pesquisas originais e da mediação histórica das categorias de análise, que deveriam ser redefinidas a fim de dar conta da combinação entre diferentes relações sociais de exploração, capitalistas e não-capitalistas, de cunho racial e/ou colonial. O próprio conceito de capitalismo dependente começava a receber uma articulação teórica mais nítida e aprofundada nesse período, sinal de que a perspectiva dialética nas interpretações sociológicas de nosso autor alcançava uma ênfase cada vez maior. Os textos contidos em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*³ (2009[1973]), escritos entre 1969 e 71, já antecipavam análises que estariam contidas na terceira parte de *A revolução burguesa no Brasil* (2006[1975]). O engajamento político de Florestan Fernandes também se tornará explícito nessa época, ao se propor a delinear as tarefas da *intelligentsia* crítica e militante no contexto histórico das ditaduras militares na América Latina⁴. De igual modo, o estudo das revoluções socialistas na Rússia, China e Cuba, bem como o aprofundamento da leitura da obra de Lênin, iria ocupar o tempo livre de Florestan Fernandes durante sua permanência de três anos na Universidade de Toronto (Fernandes, 1980b: 204). É preciso não esquecer que nosso autor elaborou um estudo histórico-sociológico de fôlego sobre a Revolução Cubana, a partir de uma pesquisa das mais rigorosas sobre as condições econômicas, sociais, políticas, culturais e educacionais da construção do socialismo e superação do subdesenvolvimento (Fernandes, 1979b). Outro aspecto importante de sua aproximação com a América Latina pode ser notada pelo diálogo com tradições do pensamento revolucionário latino-americano, em especial com a visão anticolonial e antiimperialista de José Martí e o marxismo de José Carlos Mariátegui⁵. Florestan Fernandes também iria entrar em contato com a produção crítica de outros cientistas sociais latino-americanos, cujos trabalhos estavam voltados para a apreensão da lógica da dominação política e exploração de tipo colonial, semicolonial e dependente, ainda persistente nos países de América Latina. Dentre esses cientistas sociais, com os quais iria travar um debate crítico e dos mais ricos na década de 1970, pode-se citar, além de Pablo González Casanova, Orlando Fals Borda e Aníbal Quijano, nomes como José Nun (Argentina), Julio Le Riverend (Cuba) e Gérard Pierre-Charles (Haiti). No Brasil, o desenvolvimento de suas orientações marxistas iria caminhar lado a lado com a interlocução crítica e de superação dos limites das teses dos comunistas brasileiros sobre a burguesia nacional e com a obra original de Caio Prado Jr. O que define o marxismo de Florestan Fernandes, em resumo, é esse esforço constante de adequação da teoria revolucionária às condições concretas do Brasil e América Latina. É o estudo das formações sociais concretas que conta e não a adequação a modelos dogmáticos de evolução histórica dos modos de produção.

³ Os títulos dos três ensaios reunidos nesse livro são “Padrões de dominação externa na América Latina”, “Classes sociais na América Latina” e “Sociologia, modernização autônoma e revolução social”.

⁴ Ver o terceiro capítulo de *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”* (2010), cuja problemática se volta justamente para a tentativa de equacionar, sociologicamente, o papel do intelectual que se julgasse contra a dominação burguesa sob o capitalismo dependente. O ensaio, intitulado “A ditadura militar e os papéis políticos dos intelectuais na América Latina”, foi escrito entre 1969 e 70, tendo servido como base de uma conferência pronunciada na Universidade de Toronto.

⁵ Héctor Alimonda iria dizer, por exemplo, que em *A revolução burguesa no Brasil*, “Florestan Fernandes utiliza propostas de Mariátegui” (Alimonda, 1983: 86) na interpretação dos caracteres específicos do capitalismo dependente no Brasil.



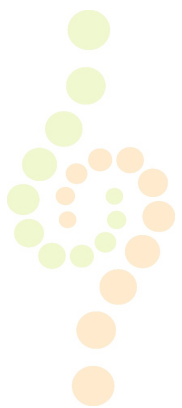
O estudo da obra de Lênin, realizado no início dos anos 70⁶, deve ser considerado nesse contexto mais amplo de construção, por parte de Florestan Fernandes, de um marxismo enraizado em solo histórico brasileiro. Eram fortes as suas críticas ao que ele percebia como um colonialismo mental à esquerda⁷, isto é, uma espécie de cultivo dos teóricos marxistas importados da Europa ou Estados Unidos, de maior notoriedade em dado momento, sem que isso significasse uma tentativa de delineamento dos caminhos do processo revolucionário no Brasil. O empenho, ao contrário, deveria consistir na busca de um modelo de revolução próprio aos países de capitalismo dependente e subdesenvolvidos, de origem colonial, como o Brasil e as demais nações da América Latina. Daí a comparação inicial com a China e a superação em direção a uma concretização maior das características da revolução brasileira, cujos requisitos seriam mais difíceis de engendrar devido às especificidades do capitalismo monopolista e da guerra atual. Num texto publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Florestan Fernandes iria traçar os caminhos da construção de uma teoria revolucionária adequada para o Brasil e outros países da América Latina:

[...] não adianta pensar no passado revolucionário de outras nações. Antes eu acreditava que, para o Brasil, o modelo de revolução seria o chinês, por causa de certas condições: grande massa agrícola, a migração para a cidade, a densidade proletária de algumas metrópoles, provocando descontinuidades muito grandes entre regiões, o domínio lingüístico e total das elites das classes dominantes, que equivalem ao do senhor feudal chinês, senhor da guerra. Cheguei a pensar que esse era o 'modelo', pois permitia garantir a hegemonia operária, associar a guerrilha ao Exército e basear a revolução na guerra prolongada! Mas logo ficou claro que semelhante opção seria impraticável. As revoluções que ocorreram na ciência e na tecnologia, que produziram a automação, os computadores, a energia nuclear e os meios de guerra, que foram aplicados no Japão (e, ainda agora, no Iraque), evidenciavam que a questão não se punha na repetição de um modelo explorado, porém em atinar com um modelo novo, adequado ao Brasil, à América Latina e aos requisitos da guerra atual (Fernandes, 1995: 239-40).

⁶ Florestan Fernandes escreveu a introdução para uma coletânea de escritos de Lênin por ele selecionados e então publicados na Coleção Grandes Cientistas Sociais que, embora só tenha sido publicada no final da década de 1970, foi finalizada bem antes, no ano de 1973. Essa data é confirmada pela carta por ele endereçada a Barbara Freitag e remetida de São Paulo na data de 08/03/1973, na qual afirma: "Terminei a introdução do Livro de Leitura sobre o Lenine. Não fiz tudo o que queria... Dentro dessas limitações, dei conta do recado da melhor forma que me foi possível" (Fernandes *apud* Freitag, 1996: 158).

⁷ "O que acho errado é a *postura colonial* que grassa na direita, no centro e na esquerda. É algo tão visceral que em todas as posições nós encontramos a mesma realidade. Quanto à esquerda é fácil apontar os parâmetros externos. Basta olhar ali naquela estante, atrás de vocês, lá estão Lukács, Althusser, Sartre, Goldman, Gramsci, Lefort, Castoriades, Benjamin! Em pouco mais de duas décadas os nossos 'esquerdistas' adoraram vários deuses e rezaram diante de vários altares, percorrendo todos os cultos consagrados pela esquerda dos países centrais. [...] Aí se revela o 'colonizado ingênuo', satisfeito com sua selvageria.

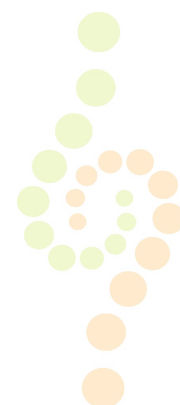
[...] com relação a Lukács, com relação a Sartre, Althusser etc., eu não tenho nada contra eles; ao contrário! Eu estou dentro da órbita dos pensamentos deles. Eu só sou contra a moda, contra o fato deles serem episódicos, em relação ao eixo e aos ciclos de 'nosso' pensar. Em dado momento, se exalta um deles. No momento seguinte, exalta-se outro. Trata-se de uma moda que gravita em torno dos centros culturais externos. Se surge uma moda em Paris ou em Nova Iorque, ela automaticamente é moda aqui. É quanto a isso que eu me insurjo." (Fernandes, 1989a: 190 e 203).



É por esses motivos que a assimilação principal que fará Florestan Fernandes do marxismo se dá em termos do resgate da concepção de revolução ou da edificação de uma teoria revolucionária, de uma atitude perante a realidade e não necessariamente de teses ossificadas. A leitura detida dos clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo e outros) e dos teóricos marxistas mais atuais possuiria, no caso, esse objetivo mais fundamental de pensar as especificidades da revolução socialista no Brasil e na América Latina. Florestan Fernandes não se limitava a fazer uma exegese escolástica ou acadêmica de Marx. Na verdade, tal orientação lhe seria inteiramente estranha. Se observarmos as introduções e as seleções de texto para os dois volumes por ele organizados na Coleção Grandes Cientistas Sociais, aquele já mencionado sobre Lênin (na área de Política) e o de Marx/Engels⁸ (no campo da História), as idéias giram em torno da perspectiva do marxismo sobre a apreensão das mudanças históricas em curso, em processo, *in flux*, e as tendências de transformação em direção ao futuro. Se o objetivo se volta para a apreensão dos caminhos da revolução brasileira, exigindo-se uma íntima imbricação entre teoria e práxis política contestatória da ordem capitalista, vale recuperar no marxismo os momentos cruciais de desenvolvimento de uma *teoria revolucionária*. O importante, portanto, é saber como o método dialético seria capaz de fornecer os elementos necessários à elucidação do curso histórico provável dos acontecimentos políticos ou das alternativas postas à disposição de grupos revolucionários, dadas certas condições e correlações de força entre as classes sociais, de modo a se organizar um amplo movimento de contestação e destruição da dominação burguesa e da ordem capitalista. Esse foi o modo inventivo como Fernandes assimilou os escritos de Marx e de outros teóricos revolucionários.

Os aspectos tratados por Florestan Fernandes nas suas duas introduções das coletâneas de escritos de Lênin e Marx/Engels são justamente os que enfatizam a construção do materialismo histórico como uma teoria revolucionária. Esse objetivo é patente na coletânea sobre a concepção de ciência histórica em Marx e Engels. Já em relação a Lênin, o intuito era o de desvendar as dimensões de seu pensamento político e situar suas contribuições para as ciências sociais. Em ambos os trabalhos, porém, o que há de comum pode ser resumido na idéia de que o marxismo desenvolve um padrão integrativo de ciência ou de conhecimento sócio-histórico e político, envolvendo a apreensão de diferentes níveis interdependentes da realidade (o econômico, o social, o histórico, o político, o cultural etc.) e a junção entre teoria e prática. Tratava-se de destacar o caráter instrumental da ciência a serviço da revolução social. Nesse sentido, a capacidade de apanhar a história em processo era vital para questionar se um dado direcionamento da ação política poderia ter eficiência no aprofundamento da revolução democrática e na construção do socialismo. O que é central na sua interpretação das idéias de Lênin sobre a política, de um lado, e as de Marx e Engels sobre a história, de outro, é o objetivo da revolução, ou seja, de mudança radical da estrutura social existente sob o capitalismo. Essa revolução poderia ser caracterizada tanto como uma revolução de cunho especificamente burguês, democrático-burguesa ou “revolução dentro da ordem”, como quanto uma revolução socialista, de caráter anti-burguês ou “revolução contra a ordem”. O contexto concreto de cada situação é que poderia dizer

⁸ A coletânea Marx/Engels foi o único volume duplo (isto é, englobando dois autores) da Coleção Grandes Cientistas Sociais. Esse volume foi finalizado em 1983, ou seja, cem anos após o falecimento de Karl Marx, constituindo uma homenagem de Florestan Fernandes a quem ele considerava ser “um dos principais fundadores das ciências sociais” e “o maior teórico do movimento operário europeu e do comunismo revolucionário” (Fernandes, 1989c: 7). A Coleção Grandes Cientistas Sociais foi coordenada por Fernandes na editora Ática, de São Paulo, entre os anos de 1978 e 1990. A referida coleção possui grande importância no Brasil, por traduzir textos de teóricos importantes das ciências sociais.



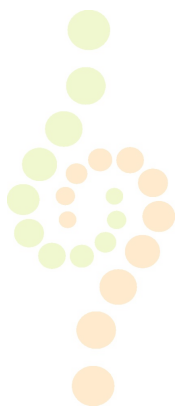
qual seria o momento da revolução burguesa, se essa ainda possuía potencialidades históricas, ou se ela já se teria esgotado e seria o momento da revolução socialista ou contra a ordem capitalista. Na verdade, o que importava perceber era o caráter permanente desse processo e a necessidade de articular esses dois momentos, passando o mais rapidamente possível da “revolução dentro da ordem” para a “revolução contra a ordem”. A teoria da revolução estaria correta, ou parcialmente correta, se ele permitisse organizar um movimento que se aproximasse de tais objetivos. O teste da previsão histórica, possibilitada pela teoria, era dado, portanto, no terreno prático. Essa perspectiva Florestan Fernandes foi buscar no materialismo histórico e a base de suas reflexões se encontra no estudo aprofundado das obras de Marx, Engels e Lênin. Várias passagens das duas coletâneas acima referidas corroboram tais afirmações, porém seria desnecessário citá-las exaustivamente⁹. As idéias agora apresentadas pretenderam ser apenas um resumo geral do modo pelo qual Florestan Fernandes assimilou o método dialético e a visão de mundo revolucionária do marxismo. O importante a assinalar, contudo, é que essa perspectiva política e metodológica foi utilizada na investigação da situação concreta do Brasil e da América Latina. A abordagem marxista de Fernandes o conduziu a uma interpretação original de sua própria realidade, superando o colonialismo mental nas ciências sociais e enriquecendo a teoria sociológica geral do capitalismo ao focalizar as condições concretas das nações subdesenvolvidas, periféricas, dependentes e de origem colonial. Sua contribuição foi de suma importância, enfim, para a produção de um pensamento marxista autônomo e, ao mesmo tempo, adequado para a situação brasileira e latino-americana.

À guisa de conclusão

Uma última palavra mereceria ser dita sobre a perspectiva socialista de Florestan Fernandes em relação ao Brasil e à América Latina. A análise por ele avançada da formação social brasileira não teve o intuito acadêmico de apenas caminhar no conhecimento da realidade. O estudo por ele feito sobre a revolução burguesa no Brasil deu margem para as forças sociais potencialmente revolucionárias, isto é, capazes de transformar a “revolução dentro da ordem” numa “revolução contra a ordem”, fossem identificadas, sendo suas conclusões mais ou menos válidas para o conjunto da América Latina. Em termos bastante gerais e aproximativos, pode-se dizer que Florestan Fernandes apontou essas forças como uma junção explosiva entre *classe* e *massas*, com estas se referindo aos espoliados, os despossuídos e os condenados da terra. Como ele iria dizer no transcurso de toda a década de 1980, de certo modo se antecipando ao radicalismo dos movimentos sociais da atualidade, que compreenderam a necessidade de fundir *classes trabalhadoras* e *massas*, esta constitui a possibilidade prática mais consistente de negação da ordem existente sob o capitalismo dependente:

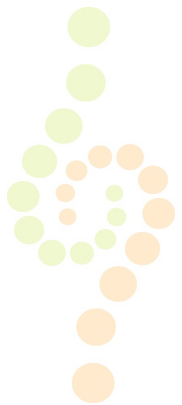
A negação da ordem existente, que procede da conjunção e da união da massa dos excluídos com a classe dos trabalhadores, incide diretamente nos dois planos da

⁹ Apenas a título de exemplo, o seguinte comentário de Florestan Fernandes sobre Lênin aponta para a exigência marxista de íntima imbricação entre conhecimento científico e práxis revolucionária: “A análise objetiva põe em evidência *o que está em devir, o que será*, em um espaço maior ou menor de tempo, ou seja, leva a uma previsão de ordem prática, a qual, se for politicamente verdadeira, será por sua vez confirmada pela aceitação das massas e pelas transformações conseguidas” (Fernandes, 1989b: 44).



história: o das estruturas e o da conjuntura. [...] Há uma revolução silenciosa em marcha, uma revolução ligada aos deslocamentos internos de milhões de miseráveis, que esfacelam pura e simplesmente a ordem existente (a qual não se move para absorvê-los – pois não tem como!), vinculando entre si várias formas de população excedente, o exército ativo dos trabalhadores e o imenso, incontável, exército industrial de reserva. Uma história que parece sem bússola, mas que caminha rapidamente na direção de uma *sociedade nova*, como produção social dos oprimidos (Fernandes, 1986: 82).

Essa é a perspectiva socialista de Florestan Fernandes sobre o Brasil e América Latina, embasada em suas análises concretas da situação concreta, a alma e a essência do marxismo segundo Lênin, constituindo agora o desafio dos movimentos sociais em combinar no terreno da *práxis revolucionária* essas duas forças históricas explosivas, a *classe* e as *massas*. As idéias de Florestan Fernandes, ao apontar outros elementos fundamentais além dos dois aqui mencionados, como o caráter explosivo das contradições raciais, se fazem indispensáveis para o ideário político e a prática concreta dos movimentos sociais de contestação da ordem atualmente existente sob o *capitalismo dependente* no Brasil e América Latina.



Referências bibliográficas

ALIMONDA, Héctor (1983), José Carlos Mariátegui, São Paulo, Brasiliense.

BASTIDE, Roger, FERNANDES, Florestan (2008), Brancos e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana, 4. ed., Global, São Paulo.

FERNANDES, Florestan. (1974), Elementos de sociologia teórica, 2. ed., Companhia Editora Nacional, São Paulo.

----- (1976), Ensaio de sociologia geral e aplicada, 3. ed., Pioneira, São Paulo.

----- (1978), Fundamentos empíricos da explicação sociológica, 3. ed., Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro.

----- (1979a), Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”, HUCITEC, São Paulo.

----- (1979b), Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana, T. A. Queiroz, São Paulo.

----- (1980a), A natureza sociológica da sociologia, Ática, São Paulo.

----- (1980b), A sociologia no Brasil, 2. ed., Vozes, Petrópolis.

----- (1986), Nova República?, 3. ed., Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

----- (1989a), O desafio educacional, Cortez/Autores Associados, São Paulo.

----- (1989b), “Introdução”, in: FERNANDES, Florestan (org.), Lênin. 3. ed., Ática, São Paulo.

----- (1989c). “Introdução”. In: FERNANDES, Florestan (org.), Marx/Engels, 3. ed., Ática, São Paulo.

----- (1991), O PT em movimento, Cortez/Autores Associados, São Paulo.

----- (1995), Em busca do socialismo: últimos escritos & outros ensaios, Xamã, São Paulo.

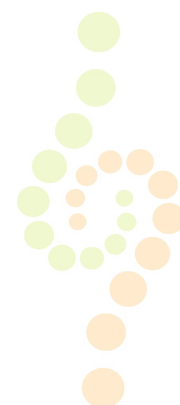
----- (2006), A revolução burguesa no Brasil, 5. ed., Globo, São Paulo.

----- (2007), O negro no mundo dos brancos, 2. ed., Global, São Paulo.

----- (2008a), A integração do negro na sociedade de classes, 5. ed., Global, São Paulo.

----- (2008b), Mudanças sociais no Brasil, 4. ed., Global, São Paulo.

----- (2008c), Sociedade de classes e subdesenvolvimento, 5. ed., Global, São Paulo.



----- (2009), *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, 4. ed., Globo, São Paulo.

FREITAG, Barbara (1996), “Florestan Fernandes por ele mesmo”, *Estudos Avançados*, São Paulo, 10(26), jan./abr., pp. 129-72,

FURTADO, Celso (1974), *O mito do desenvolvimento econômico*, Paz e Terra, São Paulo.

LE RIVEREND, Julio (s/d), *Florestan Fernandes: la historia y la sociología como conciencia*.

